

O MUSEU AFRO-BRASILEIRO: PROJETO, ARTICULAÇÕES E RESISTÊNCIAS (1972-1982)

Luiza Nascimento dos Reis

Universidade Federal de Pernambuco

nrluizaprof@gmail.com

Resumo

O Museu Afro-Brasileiro (MAFRO) foi inaugurado em 1982, ligado ao Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Foram necessários dez anos para que se colocasse em prática parte de um amplo projeto de incentivo aos estudos africanos e afro-brasileiros em que o museu era parte fundamental. Fruto de articulações do Ministério das Relações Exteriores em sua retomada de relações com o continente africano desde 1972, o MAFRO enfrentou acirrada oposição de setores da Universidade baiana que dificultaram sua organização e instalação.

Palavras-Chave: Museu Afro-Brasileiro; Universidade Federal da Bahia; resistências

Desde a criação do Centro de Estudos Afro-Orientais, na Universidade Federal da Bahia, em 1959, havia a ideia de instalar um museu que exibisse objetos referentes a diferentes povos africanos. O Centro, o primeiro no Brasil, era dedicado ao estudo de história e etnologia africana e seu museu, instalado décadas depois, após muitas discussões, projetos e resistências, seria igualmente o primeiro a ser inaugurado no país.

Data de meados de 1972 a circulação das primeiras informações acerca da criação de um Museu Afro-Brasileiro (MAFRO) em Salvador. A proposta era apresentada como um intento do Ministério das Relações Exteriores que requisitava a colaboração do

CEAO. O estado da Bahia, e mais especificamente a cidade de Salvador, configurava um importante *lócus* de manutenção de "instituições e costumes" (DAVILA, 2011, 174-5) de procedência africana de modo que parecia como o espaço mais adequado para sediá-lo.

Uma instituição de representação da contribuição africana para o Brasil encontraria na Bahia uma seleção de especialistas versados na investigação das relações culturais entre Brasil e África, todos, senão pertencentes, muito próximos ao CEAO. Um ponto importante é que intelectuais do CEAO, a exemplo do geógrafo e então diretor do Centro de Estudos, Waldir Freitas Oliveira, e o ministro das Relações Exteriores, Gibson Barboza, compartilhavam das mesmas bases teóricas, ligadas à compreensão freyriana da formação do Brasil.

Gibson Barboza teve sua gestão no Itamaraty associada a alterações nas relações Brasil-África buscando aproximação. Neste sentido, a construção de um espaço de representação do negro brasileiro, que há muito era reivindicado sobretudo por personalidades da cultura e religiosidade de matriz africana, buscou ser atendida com o MAFRO. Mais que pronunciamentos, o Brasil precisava apresentar ao mundo africano, para o qual se dirigia, que a presença negra da narrativa nacional era viva, pujante e podia ser verificada num espaço oficial de representação. É evidente, portanto, que a criação desse museu responde inicialmente a uma demanda internacional.

A preocupação do reitor da Universidade Federal da Bahia, Lafayette Pondé, com o estabelecimento de novos compromissos que significassem mais dispêndio financeiro não impediu o andamento do projeto em fase de construção. Afinal tratava-se de um empreendimento promovido pelo Itamaraty que significaria a transferência de recursos, e também prestígio, para a universidade baiana. O projeto foi delineado ao longo do ano de 1973 e incluiu a ida do linguista e pesquisador e novo diretor do CEAO, Guilherme Castro, a Brasília[1] e a vinda de diplomatas à Bahia. O conselheiro José Ferreira Lopes, Chefe da Divisão da África, programou conferência no CEAO em 15 de outubro de 1973[2]. Rubens Ricupero, Chefe da Divisão e da Cooperação Intelectual, e o próprio ministro Gibson Barboza estiveram em Salvador em dezembro daquele ano[3].

[1] Correspondência de Guilherme Castro a Lafayette Pondé, 06/02/73. Acervo do Centro de Estudos Afro-Orientais. Doravante CEAO
[2] Correspondência de Guilherme Castro para Rômulo Galvão, 10/10/73. CEAO
[3] Correspondência de Guilherme Castro para Rubens Ricúpero, 10/12/73. CEAO

Pierre Verger foi o principal intelectual responsável pela articulação do projeto para o Museu Afro-Brasileiro. Marcelo Cunha (1999), Juipurema Sandes (2010) e Thiara Matos (2012), que analisaram diferentes dimensões do MAFRO, destacam a importância determinante de Verger. Matos analisou rascunhos encontrados no acervo do pesquisador que guardam semelhanças com o projeto final do MAFRO. Com uma experiência de décadas no estudo das relações históricas entre Brasil e África, em especial na sua porção ocidental, Verger esteve na própria organização do Centro de Estudos Afro-Orientais na década anterior. Em 1972, além de septuagenário, acumulava conhecimento, produção e vivências acadêmicas e religiosas em ambos os continentes, sendo profundo conhecedor da cultura material africana. Verger se interessou pelo projeto do MAFRO desde que teve notícia, em fins de 1972, conforme envio de correspondências para o diplomata Wladimir Murtinho e Waldir Oliveira e obteve a melhor recepção desses interlocutores sendo considerada a melhor pessoa para o desenvolvimento da tarefa[4].

Gestões foram realizadas ao longo do ano de 1973 para que o projeto se delineasse em linhas gerais e nos detalhes[5]. Uma comissão de peritos da UNESCO, dentre eles Jean Gabus, visitou Salvador em julho de 1973 e escolheu o antigo prédio da Faculdade de Medicina, localizado no Terreiro de Jesus, para a instalação do novo museu. Esta comitiva, que contou também com representantes do Itamaraty e do Ministério da Educação, reuniu-se a partir de uma convocatória do CEAO com Verger e outros intelectuais interessados no projeto: alguns professores da UFBA como Vivaldo da Costa Lima, Thales de Azevedo e Waldeloir Rego além de Juana Elbein e Mestre Didi[6]. Antes desse encontro, Guilherme Castro já havia se reunido mais amplamente com professores e representantes culturais com destaque para os candomblés mais conhecidos da cidade, a incluir Olga do Alaketo e Camafeu de Oxóssi[7].

O convênio foi firmado em 4 de maio de 1974, no Palácio do Itamaraty, em Brasília. Tratava-se do *Acordo de Cooperação com os países africanos e de Desenvolvimento dos Estudos Afro-Brasileiros* assinado entre o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Educação e Cultura, o governo do Estado da Bahia, a prefeitura de Salvador e a Universidade Federal da Bahia. Assinaram, respectivamente, o

[4] Correspondência de Rubens Ricúpero para Guilherme Castro, 09/01/75.CEAO
[5] Correspondência de Gibson Barboza para Antônio Carlos Magalhães. CEAO.
[6] Correspondência de Guilherme Castro para Vivaldo da Costa Lima, Tales de Azevedo, Juana Elbein e Mestre Didi em 19 e 20/06/1973. CEAO.
[7] Correspondência circular de Guilherme Castro para diversos interessados em 29/06/1973. CEAO.

ministro Gibson Barboza, o ministro Jarbas Passarinho, o governador Antônio Carlos Magalhães, o prefeito Clériston Andrade e o vice-reitor Augusto Mascarenhas.

O Centro de Estudos Afro-Orientais era o executor do Programa. O ato oficial, com discurso do ministro Barboza, foi assistido por "representantes dos organismos oficiais brasileiros" e por "representantes diplomáticos das nações africanas credenciadas ao Brasil". Do modo como o convênio se apresentava, a criação do Museu Afro-Brasileiro era uma das várias ações que previam tornar o Centro de Estudos Afro-Orientais um grande centro de pesquisa, ensino, extensão e intercâmbio. Matos sintetizou as atividades previstas no Programa:

> De um lado, a cooperação cultural entre o Brasil e os países africanos, ou seja, a promoção do intercâmbio acadêmico cultural Brasil-África, onde se inclui: o acolhimento de bolsistas africanos; a recepção e orientação de personalidades intelectuais africanas em visita ao Brasil; o recrutamento de professores para missão educacional e cultural na África; bem como o assessoramento na organização de representação brasileira a manifestações artísticas e culturais na África. E de outro, o desenvolvimento dos estudos afro-brasileiros, ou seja, o estímulo à produção acadêmica e artística sobre temas africanos e afro-brasileiros através de: realização de cursos e seminários; edição e divulgação de trabalhos em português e em idiomas estrangeiros; concessão de bolsas de pesquisa; realização de concursos artísticos ou a subvenção direta para artistas; criação de núcleos universitários e de coleções dedicadas aos temas já mencionados; reinício dos Congressos Afro-Brasileiros (MATOS, 2012, p.83).

Estava prevista a montagem de infraestrutura necessária e laboratório para o desenvolvimento das ações elencadas. Percebe-se que a exposição de obras artísticas no museu fazia parte de um trabalho muito mais amplo de produção de conhecimento humanístico, cultural e artístico sobre temas africanos e afro-brasileiros. O texto se destacava pela compreensão ampla, moderna e dinâmica das culturas de origem africana que, inclusive, previam duas categorias de exposição, o *museu estático* e o *museu dinâmico*.

Quando se retoma a proposta que embasou a criação do Centro de Estudos, bem como todos os esforços despendidos ao longo dos anos, percebe-se que o que estava sendo apresentado em 1974 era a sistematização de atividades que o CEAO sempre almejou

desenvolver. O apoio institucional e financeiro do Itamaraty era a chancela necessária para que a UFBA investisse mais naquele espaço acadêmico que, até então, só havia experimentado irrestrito apoio da reitoria na gestão fundadora de Edgard Santos, ou seja, nos dois primeiros anos de funcionamento, entre 1959 e 1961.

Para execução do convênio, cabia ao Conselho Deliberativo, formado com representantes de cada parte convenente, deliberar sobre o andamento dos trabalhos e o cumprimento das obrigações que giravam em torno da concessão de recursos e disponibilidade de instalações físicas[8]. A contribuição da UFBA era especialmente relativa à concessão de área e instalações, mas Guilherme Castro enviou uma relação de despesas com pessoal, ou seja, com a contratação de metade dos trinta e cinco professores previstos, cujo orçamento computava mais de um milhão de cruzeiros[9]. Em tempos de dificuldades orçamentárias, aquele valor não era nada desprezível. Não é possível precisar qual o posicionamento do reitor Lafayette Pondé em relação ao funcionamento do CEAO ou sobre o Programa instituído. Em sua gestão, o reitor efetivou as alterações que não beneficiaram o Centro de Estudos, mudanças que refletiam as diretrizes de um projeto de universidade pensada por muitos e no qual as ciências humanas e sociais não eram privilegiadas[10].

A magnitude do projeto articulado por Barboza teve seu encaminhamento afetado em decorrência de alterações nas instituições cujos representantes haviam assinado o acordo. O ministro Gibson Barboza concluiu o mandato dez dias após a instituição do programa e, com a constituição do novo ministério, novos diplomatas ascenderam às funções de chefia dos setores estratégicos para a execução do acordo. Caso de Rubens Ricupero, então chefe da Divisão de Cooperação Internacional do Itamaraty, um dos grandes entusiastas do programa, que foi deslocado para a embaixada brasileira em Washington, Estados Unidos, assumindo a nova pasta em 1975[11]. Situação semelhante ocorreu no Ministério da Educação e Cultura. No governo da Bahia, o mandato de Antônio Carlos Magalhães se encerrou ao final de 1974 sendo ocupado por Roberto Filgueiras Santos, ex-reitor da UFBA. A gestão do reitor Lafayette Pondé na UFBA se

[8] Termo do Convênio. CEAO
[9] Correspondência de Guilherme Castro para Lafayette Pondé, 18/11/73. CEAO
[10] Correspondência de Guilherme Castro para Henrique Alves, 13/02/74. CEAO
[11] Correspondência de Guilherme Castro para Rubens Ricúpero, 02/01/75. CEAO

encerrou em 1975. Na Prefeitura de Salvador, o prefeito Clériston Andrade esteve no cargo até março de 1975 quando tomou posse Jorge Hage Sobrinho[12].

Todas essas mudanças nas instâncias políticas envolvidas no Acordo Cultural concorreram para uma descontinuidade do que foi planejado. Em 1974, Castro concluiu ter sido um ano de "vacas magras" para o Centro, uma vez que houve dificuldades para a liberação das verbas previstas para o projeto[13]. Naquele ano, o diretor do CEAO fez uma viagem para conhecer alguns museus no Brasil, como o Goeldi no Pará, e estudar a possibilidade de empréstimos de peças para o museu baiano[14]. Insistiu com a reitoria da UFBA para a contratação de Pierre Verger como assessor especializado para o Museu, atividade que já executava[15].

Em 1974, a ação mais importante foi a assinatura de um convênio específico entre a UFBA e a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado da Bahia (FPAC) para a recuperação do prédio da Faculdade de Medicina. O FPAC estava sob a direção executiva de Vivaldo Costa Lima, antropólogo da UFBA e pesquisador do CEAO, reconhecido pela pesquisa com os candomblés soteropolitanos[16]. Com aquele convênio, a UFBA iria arcar com apenas 20% do orçamento. A parceria UFBA-FPAC, celebrada em 3 de julho de 1974, foi seguida por intensa reação dos professores ligados à Faculdade de Medicina que utilizaram de meios jornalísticos para expressar a opinião absolutamente contrária acerca da utilização daquele espaço para um fim que consideravam nada digno.

O prédio em questão havia sido historicamente a sede da Faculdade de Medicina na Bahia, primeiro curso superior do estado e um dos primeiros no Brasil, criado em 1808 por D. João VI (NUNES, 2010, p. 42-4). Localizado no Terreiro de Jesus, centro histórico de Salvador, o prédio ainda estava em funcionamento quando foi escolhido pela UNESCO para a instalação do Museu Afro-Brasileiro com a doação feita no convênio assinado. Com a parceria da FPAC e a estimativa de que em breve seria inaugurado, a classe médica baiana reagiu duramente estabelecendo uma disputa política dentro da Universidade que afetou o desenvolvimento do projeto.

---

[12] Idem.
[13] Correspondência de Guilherme Castro para Rubens Ricúpero, 02/01/75. Utilizou a expressão "vacas magras" em correspondência de Guilherme Castro a Napoleão Figueiredo, 31/12/75. CEAO
[14] Correspondência de Guilherme Castro para Rubens Ricúpero, 06/05/74. Correspondência emitida por Guilherme Castro a Sérgio Ferreti, 02/07/74. CEAO
[15] Correspondência de Guilherme Castro para Lafayette Pondé, 15/10/74. Ver relatório enviado por Guilherme Castro a Francisco de Assis Grieco, 27/12/74. CEAO
[16] Relatório enviado por Castro a Grieco, 27/12/74. CEAO

O que se destacava na argumentação dos médicos, publicada nos jornais analisados por Marcelo Cunha e Thiara Matos, "eram posturas discriminatórias a respeito da presença de africanos e seus descendentes no Brasil", cuja presença no histórico prédio, denominado "primeiro templo da Medicina Brasileira", o profanaria (MATOS, 2012, p. 98-9). O discurso era eivado de uma autoridade reveladora de um grupo de longa tradição na política baiana e na universidade, de onde emergiram diversos políticos e reitores, que não aceitavam ser contrariados. A classe médica acabava também por desconsiderar e desrespeitar os professores universitários que estavam à frente da iniciativa: "Considero que haverá verdadeira profanação, sobretudo, se amanhã, como será possível, o Museu do Negro servir de abrigo às práticas do candomblé, hoje já sofisticado e alterado por aproveitadores e improvisados etnólogos" (MATOS, 2012, p. 100).

Ao referir aos "improvisados etnólogos", Raimundo Gouveia, presidente do Instituto Baiano de História da Medicina, explicitava uma característica que marcava o trabalho dos pesquisadores do CEAO, qual seja, a proximidade e o envolvimento com os grupos alvo do trabalho acadêmico que realizavam. Para o citado médico, ao fazê-lo, os professores não seriam merecedores dos créditos acadêmicos. Esses "aproveitadores", que buscavam institucionalizar um campo de estudos, com uma prática científica que de algum modo dialogava com demandas da população negra, em especial do povo de santo, estavam publicamente sendo confrontados por uma classe com mais de 150 anos de institucionalização e tradição no estado, reconhecida pela elitização e branquitude.

Essas tensões acadêmicas, políticas e raciais não surgiam naquele momento, haja vista os cuidados de Edgard Santos com a instalação do CEAO. Mas uma vez, um Centro de Estudos que mal sabia seu destino na universidade ousava confrontar os interesses da classe médica, materializados na disputa pelo prédio. Mesmo diante desse cenário não houve qualquer sinal de intimidação, mesmo sendo um projeto chancelado por dois ministérios (CUNHA, 1999, p. 74; MATOS, 2012, p. 103). Houve matérias em favor do MAFRO nos jornais, como uma resposta de Castro à nota citada (MATOS, 2012, p. 102) e o CEAO recebeu cartas de apoio de outros estados[17].

[17] Dossiê enviado ao CEAO pelo Grupo Pró-África citando textos que circularam no Rio de Janeiro e São Paulo sobre a disputa pelo prédio, 22/10/74. CEAO

Guilherme Castro e Pierre Verger, membros da Comissão de implantação do Museu Afro-Brasileiro[18], tiveram que empreender esforços para o andamento dos trabalhos em meio ao contexto adverso resultante da pressão da classe médica e da descontinuidade nas gestões do convênio. O museu não foi implantado em três meses como estava proposto e desde então houve uma longa jornada até que uma parte do grande projeto pudesse ser inaugurado com o MAFRO, dez anos depois, em 1982. Naquele fim de ano de 1974, Verger, desapontado com tantas dificuldades, falava de um "museu fantasma" (MATOS, 2012, p. 94).

Augusto Mascarenhas (1975-1979) assumiu como novo reitor da universidade e, a partir de então, daria um rumo diferente às gestões do CEAO e do MAFRO. Diante da iminente posse do novo reitor, Guilherme Castro narrava a Rubens Ricúpero o posicionamento declarado de Mascarenhas acerca do CEAO.

> Me declarou com franqueza não ter grande simpatia pela atividade do CEAO, que ele vê como um luxo desnecessário e sem importância prática para a Universidade, que desse trabalho não deriva qualquer vantagem na solução de problemas para ampliar o desenvolvimento brasileiro[19].

Guilherme Castro considerou que o projeto só teve andamento nos dois anos seguintes à assinatura, ou seja, em 1974 e 1975. No registro feito em janeiro de 1975, Castro aguardava otimista a previsão do depósito de um milhão de cruzeiros na conta do projeto: 400 mil cruzeiros da prefeitura municipal (relativos a 1974 e 1975); 200 mil do governo do estado e 400 mil, em duas parcelas, do Ministério da Educação e Cultura[20]. Com a liberação desses recursos, 1975 foi o ano mais profícuo do Convênio[21]. Ano em que Verger, contratado pela UFBA, viajou a países da costa ocidental africana e recebeu subsídios do Itamaraty para a compra de peças[22].

A falta de simpatia do novo reitor significou dificuldade de acesso aos recursos possíveis ao Centro. O movimento da correspondência do Centro caiu tal qual o entusiasmo do seu diretor. Em meados de 1976, falava a Verger em "má vontade do

[18] Correspondência de Ricúpero para Castro, 04/02/75. CEAO
[19] Correspondência de Guilherme Castro para Ricúpero, 31/10/75. CEAO
[20] Correspondência de Guilherme Castro para Ricúpero, 21/01/75. CEAO
[21] Relatório de Castro para Eduardo Saback, 18/12/75. CEAO
[22] Telegramas do MRE para a embaixada brasileira em Lagos, 24/06/75, 12/07/75 e 28/08/75. Arquivo Histórico do Itamaraty

reitor"[23] e que nenhum dos convenientes havia honrado os compromissos[24]. Em 24 de fevereiro de 1977, Castro solicitava esclarecimentos ao diplomata Francisco de Assis Grieco sobre a veiculação de notícias na imprensa local, afirmando que o MEC teria devolvido o prédio do MAFRO à UFBA. A Euro Brandão, da Secretaria Geral do MEC, dizia "temer pelo total aniquilamento do programa" em função do recrudescimento da imprensa em relação ao prédio do MAFRO[25].

A análise de Castro, daquela conjuntura enfrentada pelo CEAO, era creditada à deliberada falta de apoio da Universidade que não cobrava os recursos dos signatários do convênio e o impedia de solicitar diretamente ao MEC e Itamaraty[26]. Sua avaliação foi explicitada ao responder ao pesquisador Richard Patte. Este professor canadense já estava aborrecido com a constante indefinição a respeito de sua vinda à Bahia. Castro lhe explicou que

> Tal situação é o resultado de uma luta política contra o CEAO dentro da Universidade e, a nível mais amplo, nas áreas municipal e estadual, em virtude da triste coincidência de ser o atual governador (que, por lei, nomeia o prefeito municipal) um ex-reitor desta universidade a que o CEAO sempre foi antipático. (...) [O governador] dá ainda uma contribuição prática e coerente aos grupos que na Universidade se opõem a existência do CEAO[27].

Guilherme Castro finalizava sua correspondência registrando que só com a nomeação de um novo governador do estado, que aconteceria no ano seguinte em 1979, poderia dinamizar as atividades do Centro. Na verdade, aguardava o retorno de Antônio Carlos Magalhães, governador que assinou o Convênio de Cooperação em 1974, e reconhecido interessado na promoção do patrimônio cultural baiano, poderia dinamizá-lo com o retorno ao governo do estado. Àquela altura, o diretor do CEAO expunha, mesmo que a um interlocutor distante, as disputas políticas que, dentro e fora da Universidade, afetavam diretamente o desenvolvimento de uma instituição acadêmica.

A insistência de Guilherme Castro para o andamento do projeto do MAFRO resultou em desgastes e sua consequente saída da direção do CEAO em 1979. Somente

[23] Correspondência de Guilherme Castro para Verger em 28/06/76. CEAO
[24] Correspondência de Guilherme Castro para Bernardo Ferraz, 15/07/76. CEAO
[25] Correspondência de Guilherme Castro para Euro Brandão, 07/03/77. CEAO
[26] Correspondência de Guilherme Castro para Sérgio Ferreti, 17/03/78. CEAO
[27] Correspondência de Guilherme Castro para R. Patte, 18/08/78. CEAO

frente a uma nova gestão na UFBA e no CEAO com a linguista Yêda Pessoa de Castro, anos depois, em 1982, é que uma pequena parte do projeto do Museu foi inaugurado no antigo prédio da Faculdade de Medicina.

Referências

BARBOZA, Mário Gibson. **Na diplomacia, o traço todo da vida**. Rio de Janeiro: Record, 1992.

DÁVILA, Jerry. **Hotel Trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana (1950-1980)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo da. **O Museu Afro-Brasileiro da Universidade Federal da Bahia**: um estudo de caso sobre musealização da cultura afro-brasileira. Dissertação de Mestrado em Informação estratégica. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1999.

CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo da. **Teatro de Memórias, palco de esquecimentos**: culturas africanas e das diásporas negras em exposições. Tese de doutorado em História. São Paulo: PUC, 2006.

MATOS, Thiara Cerquiera. **Correspondências pessoais ajudam a criar instituições: Pierre Verger, o MAFRO e sua rede de colaboradores**. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos). Salvador: UFBA, 2012.

NUNES, Antonietta. "A formação Universitária na Bahia desde os tempos coloniais": In. Lídia TOUTAIN; Rubens SILVA. (Orgs.). **UFBA: do século XIX ao século XXI.** Salvador: EDUFBA, 2010.

REIS, Luiza Nascimento. **O Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA: intercâmbio acadêmico e cultural entre Brasil e África (1959-1964)**. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2010.

REIS, Luiza Nascimento. **De *improvisados* a eméritos: trajetórias de intelectuais no Centro de Estudos Afro-Orientais (1959-1994)**. Tese (Programa Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2015.

SANDES, Juipurema Alessandro Sarraf. **O museu afro-brasileiro da UFBA e sua coleção de cultura material religiosa afro-brasileira**. Dissertação de Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos, Salvador: UFBA, 2010.

Arquivos consultados

Acervo do CEAO

Arquivo Histórico do Itamaraty – Brasília

Fundação Pierre Verger